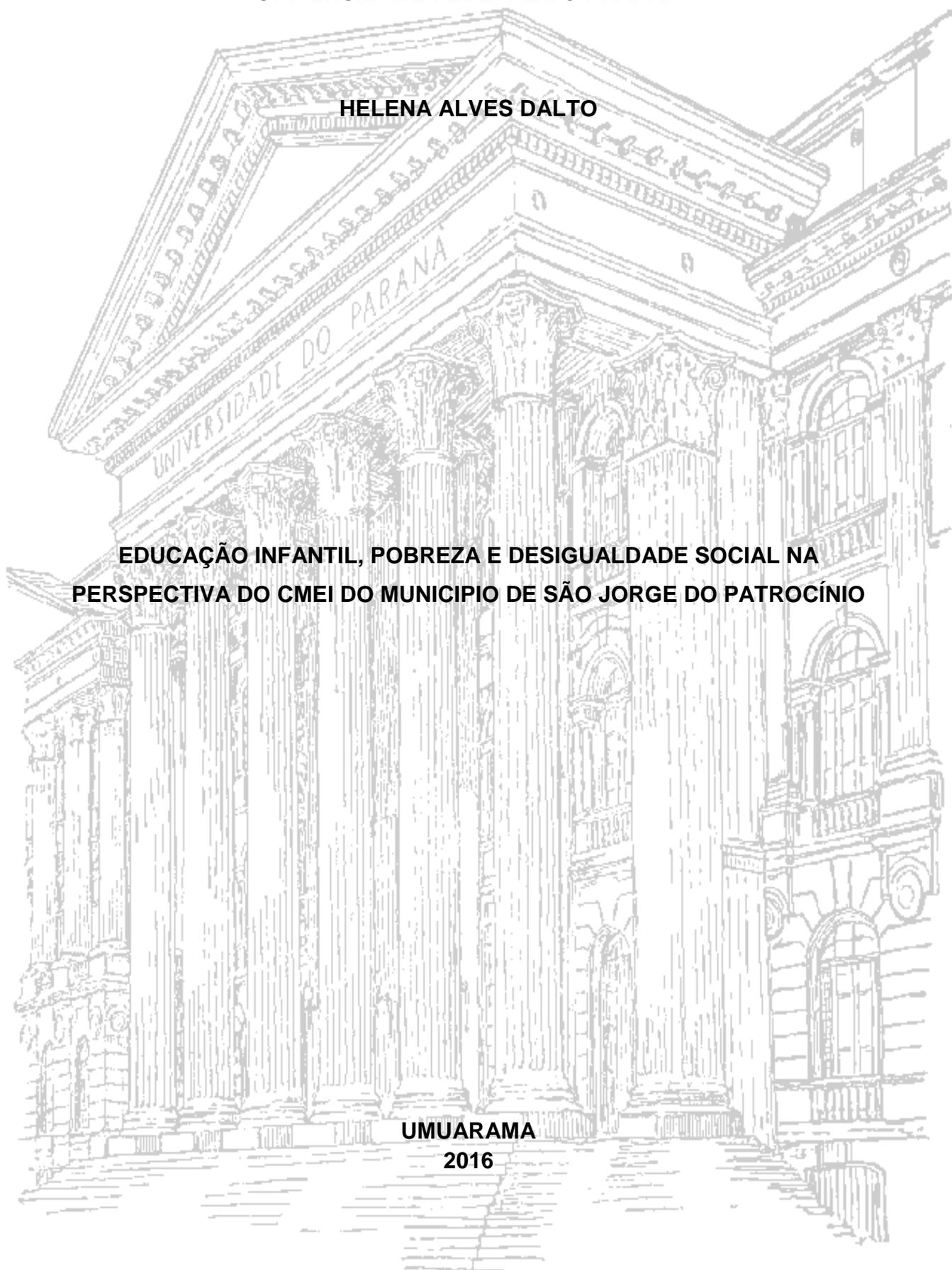


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**HELENA ALVES DALTO**

**EDUCAÇÃO INFANTIL, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NA  
PERSPECTIVA DO CMEI DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**

**UMUARAMA  
2016**



**HELENA ALVES DALTO**

**EDUCAÇÃO INFANTIL, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NA  
PERSPECTIVA DO CMEI DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Rozane Zaionz

**UMUARAMA  
2016**

## **EDUCAÇÃO INFANTIL, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CMEI DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**

Helena Alves Dalto

### **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo geral analisar como o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de São Jorge do Patrocínio tem se posicionado diante da pobreza. Para atingir tal objetivo foi realizada uma pesquisa qualitativa e documental, na qual foram investigados os documentos que orientam a Educação Infantil do município e também alguns documentos do CMEI, a fim de se verificar o que os mesmos trazem a respeito da pobreza, diversidade e desigualdade. Os documentos analisados foram o Plano Municipal de Educação (PME) de São Jorge do Patrocínio, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMEI, o material didático utilizado pelas turmas de pré-escola e os planejamentos das aulas das professoras dessas turmas. Os resultados da pesquisa revelaram que o PME do município e o PPP do CMEI abordam questões relativas à valorização da diversidade e erradicação da desigualdade, preconceito e discriminação, no entanto, adentram de maneira superficial no tema pobreza. O material didático utilizado nas turmas de pré-escola do CMEI aborda os temas diversidade e desigualdade, porém, não apresenta nada a respeito do tema pobreza. Nos planejamentos de aula das professoras das turmas de pré-escola tais temas se fazem ausentes. Apesar desse cenário de desconsideração do tema pobreza nos documentos orientadores, material didático e planejamentos das professoras, as informações contidas no PPP do CMEI revelaram que o mesmo sempre procurou realizar ações e projetos para lidar com a situação de pobreza das crianças que o frequentam e suas respectivas famílias.

Palavras-chave: Educação Infantil. Pobreza. Desigualdade. Diversidade

## 1 INTRODUÇÃO

A valorização da diversidade, promoção da igualdade e equidade são elementos essenciais para que a escola se torne um espaço que respeite todos os sujeitos, independente das diferenças que os mesmos apresentam. No entanto, de acordo com Leite (2014), o modelo de escola que predomina na sociedade busca disseminar e reproduzir a cultura dominante, fazendo com que a mesma seja aprendida e tomada como única e legítima por todos os cidadãos de um país. Tal modelo acaba acarretando na exclusão dos que não se encaixam no perfil de cidadão almejado pela cultura dominante, como os negros, indígenas, pobres, entre outros, considerados como um problema para escola, que ao invés de ser um espaço de igualdade, equidade e reconhecimento da diversidade cultural, se torna um lugar de reprodução das desigualdades presentes na sociedade.

Ainda segundo Leite (2014) o modelo hegemônico de escola é centrado nos conteúdos e não nos sujeitos, por isso não considera suas culturas e vivências. Para romper com essa realidade, que segundo minhas experiências também está presente na Educação Infantil, é preciso romper com a exclusão e discriminação das minorias presentes na escola, buscando promover a emancipação das mesmas por meio de uma educação que considere suas necessidades e modos de vida.

Desta forma, me atendo ao eixo de pesquisa “Educação Escolar, tempos e espaços de reprodução e resistências da pobreza” busquei investigar sobre o tema “Pobreza e Educação Infantil”, pois possuo bastante interesse nesta etapa educacional devido ao fato de atuar na mesma como professora e vê-la como base para o processo de desenvolvimento do sujeito, e também pelo fato de me sensibilizar com a exclusão e discriminação das crianças em situação de pobreza que frequentam as instituições de Educação Infantil. Segundo Leite (2014, p.11) é preciso compreender a diversidade presente na infância e juventude:

[...] a infância e a juventude constituem um grupo social diverso, no qual estão presentes diversas condições tais como a classe, a etnia, o gênero, entre outras, o que implica compreendê-los nas suas diferenças e apreendê-los como indivíduos que têm uma história, que vivenciam diferentes experiências, que são de diferentes origens sociais, com desejos e comportamentos diversos.

Segundo alguns estudos (BARBA e MARTINEZ, 2003; CAMPOS, 2013) nas instituições de Educação Infantil, assim como nas escolas que atendem as demais etapas educacionais, ocorre a reprodução e perpetuação da pobreza, mas essas instituições também podem se constituir como espaços de emancipação, promovendo uma educação justa e igualitária, que respeita e valoriza a diversidade dos sujeitos ali presentes.

Assim, esse artigo busca responder à seguinte questão: como o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de São Jorge do Patrocínio tem se posicionado diante da pobreza? Escolhi o CMEI do município de São Jorge do Patrocínio para realização da pesquisa devido à proximidade e facilidade de acesso à instituição o que facilitou as investigações e o levantamento dos dados.

Esta pesquisa foi de natureza qualitativa, a qual, segundo Fonseca (2002, p.20) “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” O procedimento utilizado foi a pesquisa documental que “[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32). Assim, foi realizada a busca e o estudo dos documentos que orientam a Educação Infantil no município e também dos documentos do CMEI. Investigou-se, desta forma, o que os mesmos traziam a respeito da pobreza, diversidade social, econômica e cultural.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como o CMEI do município de São Jorge do Patrocínio tem se posicionado diante da pobreza e os objetivos específicos foram verificar se os documentos analisados na pesquisa<sup>1</sup> apresentavam algo a respeito de questões relativas à pobreza, diversidade e desigualdade. Este artigo foi organizado da seguinte maneira: primeiramente foi apresentada uma revisão de literatura a respeito do tema Educação e Pobreza,

---

<sup>1</sup> Plano Municipal de Educação (PME) de São Jorge do Patrocínio, Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMEI, material didático utilizado pelas turmas de pré-escola do CMEI e planejamentos das aulas das professoras dessas turmas.

em seguida foram apresentados os resultados da pesquisa, e por fim, as considerações finais sobre o estudo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao se discutir pobreza e Educação Infantil é necessário compreender os conceitos e as discussões que permeiam essa temática. Dessa forma, essa seção abordará inicialmente algumas questões relativas à pobreza, trazidas por autores do curso Educação, Pobreza e Desigualdade Social ofertado pela Universidade Federal do Paraná, tais como Leite (2014), Leão Rego e Pinzani (2014), Arroyo (2014). Em seguida adentrará em alguns conceitos e discussões relativas à infância e pobreza, e, por fim, apresentará algumas pesquisas existentes sobre Educação Infantil e Pobreza, do período de 2000 à 2016, encontradas na biblioteca eletrônica SciELO.

Segundo Leão Rego e Pinzani (2014) a pobreza é conceito complexo, que possui muitas faces, não devendo ser entendida apenas pelo critério da renda baixa ou nula, mas também considerar outros fatores para sua definição, tais como gênero, etnia, idade, classe social ou econômica, falta de esperança, variação de rendimento, lugar de residência, composição e estrutura da família, entre outros.

Para os autores, a indiferença e a insensibilidade em relação ao sofrimento causado pela pobreza, nas suas diversas faces, faz com que os pobres não sejam vistos como cidadãos e sejam excluídos do acesso à educação, cultura, saúde, entre outros direitos, e, conseqüentemente, não tenham liberdade de escolha e decisão sobre suas próprias vidas, nem voz para expressar suas necessidades, sendo vítimas de injustiças, preconceitos e estereótipos.

De acordo com Leão Rego e Pinzani (2014) as pessoas em condições de pobreza muitas vezes ficam presas a um círculo vicioso que as impede de obter condições melhores de vida. Os autores afirmam que:

[...] a pobreza leva à falta de instrução, uma vez que as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família, enquanto a falta de instrução perpetua a pobreza, pois, sem instrução e

qualificação, não há como entrar no mundo do trabalho e sair dessa condição. A exclusão econômica resulta, por sua vez, em exclusão social e política, visto que os (as) pobres passam a viver à margem da sociedade, com pouca capacidade de se organizarem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas. (LEÃO REGO E PINZANI, 2014, p.7)

Segundo os autores a educação é importante para quebrar o círculo vicioso da pobreza, no entanto, a mera frequência escolar não basta, são necessárias outras condições, como escolas de qualidade, um ambiente doméstico favorável ao estudo, apoio dos pais e professores, etc. Desta forma, não é aconselhável culpar os alunos pobres pelo baixo desempenho escolar, pois este não se deve à falta de empenho e inteligência dessas crianças, mas à falta de condições favoráveis à aprendizagem.

Para Arroyo (2014), a pobreza é uma questão social, no sentido de que é produzida historicamente, negando aos pobres os direitos mais básicos de sobrevivência e colocando-os nos limites do viver. O autor afirma que a pobreza é também uma questão política, tendo em vista que está associada a um padrão político de poder-dominância-subalternização, que concentra a renda na mão de uma minoria, e mantém os coletivos pobres na miséria.

De acordo com Arroyo (2014), a sociedade criou um imaginário do pobre como alguém acomodado e despreparado para o trabalho, condenando assim os programas sociais como ações que ao invés de ajudarem as pessoas a saírem da pobreza, as tornam ainda mais preguiçosas. Segundo o autor, a pedagogia considera apenas as carências educacionais e morais dos pobres, não pensando nas carências físicas e materiais como fatores centrais do problema que interferem no processo educativo. Tal fato faz com que os pobres sejam inferiorizados e culpados pela própria situação de miséria, e que a escola se torne responsável por moralizá-los e corrigir seus comportamentos julgados como violentos e imorais.

Ao enxergar a pobreza como uma questão moral, as escolas acabam não priorizando o ensino dos conteúdos necessários à emancipação e saída dos pobres da condição de miséria, focando apenas no ensino de valores morais e disciplinadores (ARROYO, 2014). Deste modo, aos alunos que vivem em situação de pobreza é ofertada apenas uma educação mínima, insuficiente para torná-los

críticos, reflexivos e autônomos. Isso se caracteriza como um instrumento de dominação e de perpetuação dos privilégios utilizado pelas classes detentoras do poder, que impossibilita os pobres de conscientizarem-se acerca das injustiças, mantendo-os na condição de opressão e pobreza. De acordo com Freire (1984, p. 89) “seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”.

Tendo em vista que este artigo pretende abordar a pobreza e Educação Infantil, é imprescindível discutir sobre o conceito de infância bem como sobre representações feitas sobre as crianças pobres. A partir dos anos de 1980, nos Estados Unidos, que surgem os primeiros estudos sociológicos mais focados na infância e nas crianças. Nos trabalhos resultados desses estudos é possível destacar uma transformação ocorrida na abordagem dos temas, pois muitos pesquisadores têm buscado romper com a visão das crianças como objetos da socialização dos adultos, ou meras integrantes de alguma institucionalização (família, escola), entendendo-as agora, como sujeitos ativos do processo de socialização (MONTANDON, 2001; SIROTA, 2001).

Nesse sentido, uma concepção de criança atual e de suma importância pode ser encontrada nas contribuições de Corsaro (2011), um estudioso da sociologia da infância que possui uma visão das crianças como atores sociais, ou seja, sujeitos que realizam uma *reprodução interpretativa* da cultura, agindo, então, como verdadeiros participantes na sociedade. A reprodução interpretativa diz respeito a uma visão não linear da integração cultural das crianças:

De acordo com essa visão reprodutiva, as crianças não se limitam a imitar ou internalizar o mundo em torno delas. Elas se esforçam para interpretar ou dar sentido a sua cultura e participarem dela. Na tentativa de atribuir sentido ao mundo adulto, as crianças passam a produzir coletivamente seus próprios mundos e culturas de pares (CORSARO, 2011, p.36).

Diante dessas contribuições, a concepção de criança aqui compreendida é a de *ator social*, alguém que deve ser respeitada em sua capacidade de realizar

constantes *reproduções interpretativas*, de modo a construir a sua história pessoal, (re)construir a história social e (re)criar culturas.

Segundo Leite (2014, p.10) “[...] as interpretações sobre o que é ser criança e ser jovem são categorias socialmente produzidas, que adquirem significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.” A autora afirma que a infância e a juventude podem ser vividas de diferentes maneiras, pois são constituídas por uma diversidade de indivíduos, que possuem histórias, vivências, origens sociais, comportamentos e desejos diversos.

De acordo com Leite (2014) as condições em que vivem as crianças pobres no Brasil são prova da desigualdade social e da falta de acesso aos direitos garantidos legalmente. A autora afirma ainda que o olhar que prevalece sobre as crianças em condição de pobreza é permeado pelo assistencialismo e moralismo:

No caso das crianças pobres, o assistencialismo e o moralismo são matrizes que as apoiam. Sob o olhar assistencialista, as crianças pobres precisam ser cuidadas, educadas intelectual e moralmente, já que suas famílias – no caso, famílias pobres – “são desestruturadas, não têm educação”. Assim, a ideia do cuidado com a infância pobre nasce impregnada de um olhar autoritário e negativo; e, por esse motivo, durante muito tempo, as creches foram vistas como instituições de caridade, mantidas muitas vezes por igrejas ou por famílias abastadas que se sentem na obrigação religiosa de salvar essas “pobres crianças de seu destino”. (LEITE, 2014, p. 11 )

Ao se realizar uma busca na biblioteca eletrônica SciELO a respeito do tema Pobreza e Educação Infantil, considerando o período de 2000 a 2016 por ser o início do novo século até o ano do presente estudo, foram encontrados quatro artigos. Dois deles, realizados pelas autoras Campos, R. e Campos, F. C. (2009) e Barba e Martinez (2003), indicam a primeira etapa da educação como instrumento de sucesso e de melhoria das condições de vida das crianças pobres e suas famílias, os demais, cujo as autoras são Campos, R. (2013) e Campos, F. C. (2012), apontam para a mesma direção descrita por Leite (2014) acerca do assistencialismo e moralismo na educação infantil, conforme exposto a seguir.

Campos, R. (2013), em seu artigo “As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização”, busca analisar as políticas de educação infantil da América Latina e

Caribe. As orientações presentes nos documentos analisados pela autora colocam a Educação Infantil como estratégia de promoção da igualdade social e combate à pobreza, no entanto tal perspectiva acabou se tornando excludente, focando de maneira assistencialista e conservadora no público fragilizado socioeconomicamente e desconsiderando o fato de que a educação é um direito de todos.

Campos, F. C. (2012) no artigo “‘Política pequena’ para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina”, busca discutir as políticas voltadas para Educação Infantil na América Latina. Segundo a autora as políticas focadas nos segmentos vulneráveis da população têm se pautado em práticas conservadoras e compensatórias que ao invés de conduzir à equidade social e econômica tem oprimido e discriminado as crianças em situação de pobreza. Campos, F. C. critica a segmentação da educação infantil, que priorizou a pré-escola e deixou de lado a creche, fazendo com que esta se tornasse cada vez mais precária e assistencialista.

Campos, R. e Campos, F. C. (2009) no artigo “A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida”, buscam analisar o Programa Família Brasileira Fortalecida, que procura ampliar a oferta de atendimento para crianças de 0 a 3 anos. Segundo elas o Programa visa à administração da pobreza, diminuindo as disparidades sociais e a promoção de um ambiente de educabilidade familiar, considerado como essencial para o posterior sucesso escolar da criança.

Barba e Martinez (2003) no artigo “Promoção da saúde e Educação Infantil: caminhos para o desenvolvimento”, tiveram por objetivo realizar uma reflexão acerca dos aspectos envolvidos na melhoria de qualidade de vida de algumas crianças e suas famílias nos primeiros anos de vida. As autoras destacam a Educação Infantil e a promoção da saúde na infância como caminhos que ajudam a minimizar as diversas dificuldades vividas pelas pessoas em condição de pobreza.

Da mesma forma em que o olhar sobre as crianças, especialmente as de 0-6 anos, passou daquele que as enxergava como um “ainda não ser”, para aquele que as reconhece como atores sociais, a Educação Infantil sofreu reestruturações e foi firmando, aos poucos, sua importância educacional com diretrizes e objetivos específicos ao atendimento da criança pequena como sujeito de direitos. É importante ressaltar que foi apenas em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que a Educação Infantil passou a ser de fato reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica e somente em 2013 se tornou obrigatória para as crianças a partir de 4 anos.

Portanto, a Educação Infantil trata de uma conquista recente, em que ainda prevalece, em muitos casos, o assistencialismo e moralismo, mas que se constitui como um instrumento promissor no que diz respeito à promoção da equidade e igualdade social e erradicação da pobreza. Segundo Leite (2014) é necessário colocar os sujeitos no centro do processo educativo, o que implica a reorganização de tempos, espaços e conteúdos, de modo a considerar a diversidade cultural presente na escola e as experiências trazidas pelos indivíduos.

### **3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, buscando, assim, analisar como o CMEI do município de São Jorge do Patrocínio tem se posicionado diante da pobreza, foi realizada uma pesquisa documental. Para descobrir qual o olhar do CMEI acerca de questões relativas à pobreza, diversidade e desigualdade dentro do contexto educacional, foi realizada inicialmente uma busca por documentos orientadores da educação municipal na secretaria de educação, cultura e esporte de São Jorge do Patrocínio. O único documento encontrado foi o atual Plano Municipal de Educação (PME)<sup>2</sup>, aprovado no ano de 2015 e vigente até o ano de 2025.

---

<sup>2</sup> O primeiro PME do município foi elaborado em 2010, antes desse documento a educação do município era orientada pelo Plano Nacional de Educação.

O PME de São Jorge do Patrocínio estabelece metas e estratégias para a rede municipal e estadual<sup>3</sup> de ensino do município. Segundo a lei nº 1890/2015<sup>4</sup> todas as instituições de ensino do município deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas com base no PME.

O PME de São Jorge do Patrocínio possui 16 diretrizes gerais (objetivos gerais) para a educação do município, apenas uma delas é voltada para a questão da redução das desigualdades, como exposto a seguir:

5 - Reduzir as desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso escolar, na educação pública e garantir o acesso dos alunos com necessidades especiais, fortalecendo o processo de integração e inclusão, promovendo a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2015, p. 37)

Em relação à questão da pobreza, nenhuma das diretrizes menciona algo a respeito do atendimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, porém em várias diretrizes busca-se assegurar uma educação de qualidade e atender às necessidades de todos os alunos, com investimento em transporte, infraestrutura, alimentação, atividades esportivas e culturais, e também atendimento com profissionais especializados, como mostra a diretriz nº 4:

4 - Prestar atendimento às necessidades da população, atingindo as faixas etárias mediante trabalhos técnicos e especializados prestados através da rede municipal de ensino e contratar ou firmar convênio com profissionais: assistente social, pedagogo<sup>5</sup>, nutricionista, fonoaudiólogo, odontólogo, fisioterapeuta e psicólogo, para dar assistência e apoio na área educacional. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2015, p.37)

---

<sup>3</sup> Os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio de São Jorge do Patrocínio são orientados e mantidos pelo estado, no entanto o PME do município também possui metas para estas etapas educacionais da rede estadual de ensino na intenção de colaborar com toda a educação do município, assegurando a qualidade da mesma, pensando, assim, em todos os estudantes que a frequentam.

<sup>4</sup> Lei que aprova o PME do município de São Jorge do Patrocínio e dá outras providências.

<sup>5</sup> O CMEI e demais instituições de São Jorge do Patrocínio possuem pedagogas fixas, concursadas pelo município, no entanto o mesmo pretende contratar mais pedagogos(as) até o fim da vigência do PME.

O PME de São Jorge do Patrocínio possui 20 metas com suas respectivas estratégias, a primeira meta do documento trata especificamente da Educação Infantil, prevendo, assim:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola pra crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2015, p. 82) <sup>6</sup>

Esta meta apresenta 23 estratégias que buscam a qualidade no atendimento das crianças objetivando melhor infraestrutura, alimentação, transporte, materiais didáticos e pedagógicos de qualidade, apoio de profissionais especializados, garantia de formação continuada aos professores, entre outros objetivos. Apenas uma das estratégias diz respeito às questões relativas à desigualdade e diversidade, como exposto a seguir:

1.9 - Orientar a ampliação de práticas pedagógicas cotidianas, criando ações que visem o enfrentamento da violência sexual e a outros tipos de violência, à inclusão e ao respeito às diversidades de toda ordem: gênero, étnico-racial, religião, entre outros, à promoção da saúde e dos cuidados, à convivência escolar saudável e ao estreitamento da relação família-criança-instituição. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2015, p.83)

A meta apresenta duas estratégias acerca da pobreza e atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica, uma delas é referente ao acesso e permanência dessas crianças na Educação Infantil:

1.6 - Fomentar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial, dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com a família, programa de evasão escolar, os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, a partir da aprovação do PME. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2015, p. 82)

---

<sup>6</sup> Segundo a Secretaria Municipal de Educação de São Jorge do Patrocínio, o município atende a 100% das crianças de 4 a 5 anos e 80% das crianças de 0 a 3 anos.

A outra estratégia (estratégia 1.17) faz menção ao programa social “Criança Bem Acolhida”<sup>7</sup> realizado no CMEI de São Jorge do Patrocínio:

1.17 - Dar continuidade ao programa “Criança Bem Acolhida”, visando atender as crianças que necessitam estar no CMEI no período do recesso de Julho, sob a responsabilidade da Assistência Social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2015, p.84)

Para prosseguir com os objetivos da pesquisa, foi realizada posteriormente uma busca por documentos educacionais no CMEI de São Jorge do Patrocínio, para averiguar o que os mesmos traziam a respeito de questões relacionadas à pobreza, desigualdade e diversidade. Os únicos documentos encontrados foram o atual Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMEI, que foi reformulado recentemente, no começo do ano 2016, e os antigos PPPs da instituição. Estes documentos possuem diversas informações sobre o CMEI, tais como o histórico e os dados da instituição, valores, concepções e princípios que orientam as práticas pedagógicas na mesma, eixos e conteúdos curriculares, e também os projetos realizados.

O primeiro PPP do CMEI foi elaborado em 2006, ano em que a instituição foi criada, atendia 196 crianças em período integral. Segundo este documento, o perfil socioeconômico da comunidade escolar era pertencente à classe média baixa, assim, a maior parte das famílias tinha pouca escolaridade e não possuía trabalho fixo, ou trabalhava com costura e atividades braçais, recebendo uma remuneração baixa.

Tendo em vista o contexto socioeconômico precário em que viviam as famílias das crianças, o CMEI realizava algumas ações, tais como uma parceria realizada com as mães, as quais prestavam diversos serviços à instituição que, em troca, lhes proporcionava oportunidades de crescimento pessoal, orientando-as de maneira a obterem melhor qualidade de vida.

O CMEI também ajudava a realizar o projeto “Famílias em Ação”, ofertado pela Secretaria Municipal de Educação”, onde eram feitos debates, estudos e reflexões com as famílias com vistas à melhoria da qualidade de vida das

---

<sup>7</sup> Mais adiante serão disponibilizadas mais informações sobre o programa “Criança Bem Acolhida”.

mesmas, soluções de problemas e resgate do papel dos pais na educação dos filhos. Além disso, o CMEI contava com o apoio de psicólogas, fonoaudiólogas, do serviço social e da saúde para o atendimento das crianças.

O PPP de 2006 do CMEI defendia uma educação que respeitasse a diferença e valorizasse a diversidade, sendo contrário a toda forma de exclusão e discriminação. O documento apontava o quadro social das crianças e jovens que frequentavam a escola pública no Brasil como preocupante, por ser marcado pela violência, pobreza e falta de estrutura familiar, e apontava a educação infantil como algo importante para reverter esse cenário.

O PPP do CMEI foi reformulado em 2010, em 2014, e por fim, em 2016 <sup>8</sup>, tornando-se mais completo e melhor estruturado, porém mantendo os mesmos ideais voltados ao respeito à criança, valorização da diversidade e promoção da igualdade. Segundo o atual PPP, o CMEI funciona em turno integral e atende 236 crianças oriundas da zona urbana e rural, pertencentes a diversas classes socioeconômicas, como afirma o trecho a seguir:

O perfil socioeconômico da comunidade escolar é constituído de forma mista recebendo crianças moradoras na zona rural, filhos de boias frias, filhos de trabalhadores das indústrias, bem como os filhos de empresários, comerciantes e profissionais liberais em geral, caracterizando dessa forma, uma escola inclusiva que atende a todos, sem distinção de raça, cor, credo religioso e condição financeira. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2016, p. 33)

De acordo com o atual PPP o CMEI segue uma filosofia fundamentada na teoria sócio construtivista, defendendo, assim, uma concepção de criança que constrói seu conhecimento a partir da interação com pessoas do seu entorno e com o mundo. Dessa forma, o documento preza em vários pontos pela valorização da diversidade e promoção da igualdade, e se coloca contra qualquer tipo de discriminação e desigualdade, organizando, assim, o trabalho pedagógico a fim de que a criança construa uma imagem positiva de si mesma e do outro.

---

<sup>8</sup> Os PPPs de 2010, 2014 e 2016 possuem o mesmo texto, ocorreu apenas mudanças no que diz respeito à exposição dos projetos realizados e à apresentação da dimensão contextual do CMEI, em que está exposta a caracterização do espaço físico, quadro de funcionários e turmas, número de crianças atendidas, perfil socioeconômico das mesmas, entre outros.

Em relação às questões referentes à pobreza o atual PPP não apresenta nenhum item específico, apenas se compromete a atender todas as crianças, independente de suas condições financeiras, como apresentado na citação anterior, e defende a não culpabilização das famílias por suas dificuldades de vida, como exposto no trecho a seguir:

A presente proposta compreende que não se deve responsabilizar as famílias das crianças pelas mazelas e dificuldades sociais nas quais se venha a encontrar em determinadas situações, muito menos visualizá-las como incapazes de contribuir no processo de formação de seus filhos; mas prever mecanismos de interação entre família, escola e comunidade, respeitando a diversidade ético-cultural. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 2016, p. 33)

Além disso, o atual PPP descreve os diversos projetos realizados no CMEI, dois deles são de caráter social: “Projeto Criança Bem Acolhida” e “Atenção Primária nos Anos Iniciais da Educação”. O primeiro ocorre no CMEI desde 2012 e visa suprir as necessidades de algumas famílias no período de férias do mês de Julho, atendendo, assim, as crianças filhas de pais trabalhadores que não têm onde deixar seus filhos, e as crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica, beneficiárias do Programa Bolsa Família<sup>9</sup>.

O atendimento das crianças é realizado pelas estagiárias que atuam no CMEI e supervisionado pela diretora, pedagoga e pela Assistência Social. São realizadas com as crianças atividades lúdicas e recreativas, que não apenas são voltadas ao entretenimento das crianças, mas também ao desenvolvimento de algumas habilidades e conhecimentos, tais como cooperação e interação, diversas formas de movimento e expressões gestuais, desenvolvidas através de brincadeiras e atividades psicomotoras; a linguagem oral, imaginação e criatividade, desenvolvidas por meio da contação de histórias, entre outros.

---

<sup>9</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa e compostas por gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.) e de extrema pobreza (renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa.) em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

O programa “Atenção Primária nos Anos Iniciais da Educação” surgiu devido ao fato de doenças comuns da infância, como viroses, resfriados, dermatites, entre outras, se agravarem entre as crianças e aumentarem o índice de contaminação no CMEI, pois os pais, por vários motivos, apresentavam dificuldade em deslocar-se do trabalho e agendar uma consulta para seus filhos, ou, em alguns casos, ignoravam as doenças e não levavam os filhos(as) ao médico.

Devido a esse cenário, uma equipe formada por uma médica, uma cirurgiã-dentista e duas enfermeiras, passou a acompanhar as crianças do CMEI e a diagnosticá-las durante as visitas à instituição, agendando assim as consultas necessárias em horários específicos, permitindo aos pais trabalhadores não precisarem faltar ao serviço para levarem seus filhos ao médico ou dentista.

O programa busca, assim, promover uma vida saudável, cuidando dos primeiros sinais de mal-estar nas crianças antes que a doença ou outras complicações se agrave, além de orientar as famílias em relação à saúde das crianças, quanto a sintomas de algumas doenças comuns da infância, e demonstrar fatores do desenvolvimento dentário, cuidados com a alimentação e sistemas de prevenção da cárie.

Como forma de verificar se o CMEI tem colocado em prática os ideais expressos em seu PPP, os quais defendem uma sociedade mais justa, livre da desigualdade e discriminação, e também como meio de averiguar se a pobreza tem sido abordada nas aulas, foi analisado o material didático utilizado pelas professoras e crianças das turmas de pré-escola da instituição.

Desde 2014 as práticas educativas do pré-escolar do CMEI são orientadas por um material didático da Editora Positivo, adquirido com verbas públicas da prefeitura municipal de São Jorge do Patrocínio. O material é composto por um livro da criança, que possui atividades e materiais de apoio necessários para a realização das mesmas, e pelo livro do professor, que possui as orientações metodológicas para desenvolvimento dos conhecimentos, os quais são organizados por unidades, que abordam os diversos componentes curriculares de maneira integrada, por meio de sequências didáticas. A cada bimestre as

crianças e professores recebem um volume dos livros, cada volume possui 2 a 3 unidades a serem trabalhadas.

Foram analisados inicialmente os objetivos gerais do material e constatou-se dentre eles um objetivo que preza pela valorização da diversidade, combate ao racismo, preconceito e discriminação, e conhecimento das diversas manifestações culturais e o respeito por elas. Em seguida foram analisados os conhecimentos e as sequências didáticas propostas pelos materiais didáticos utilizados pelas crianças dos prês 2, compostos por crianças de 4 anos, e prês 3, compostos por crianças de 5 anos.

Constatou-se que as sequências didáticas contemplam a diversidade cultural presente no Brasil e no mundo, abordando assim as diversas composições familiares, moradias, culinárias, brincadeiras, os diversos meios de transporte, entre outros assuntos. O material procura mostrar assim as diferentes culturas e a diversidade étnico racial nas atividades e nas figuras utilizadas, as quais exibem pessoas negras, brancas, pardas, japonesas, ruivas, gordas, magras, deficientes.

No entanto, o material não aborda nenhum assunto relacionado à pobreza e desigualdade social, nem mesmo nas imagens apresentadas. Pode-se tomar como exemplo uma atividade pertencente a uma sequência didática sobre zona urbana e rural, que propõe a observação e discussão sobre imagens desses lugares. As imagens apresentadas mostram apenas cidades bem estruturadas, com belas casas e prédios, mas não exibem nenhuma favela ou comunidades com casas humildes. As obras de arte trabalhadas são sempre de artistas renomados, tais como Portinari, o material não apresenta nenhuma arte criada pelas camadas populares, como o grafite por exemplo. Portanto, a pobreza, que é uma realidade presente entre as crianças do CMEI, não é discutida nos conhecimentos e atividades propostos por esse material didático.

As atividades propostas pelo material didático da Positivo são aplicadas às crianças durante o turno da manhã, já algumas atividades extras do material, que procuram aprofundar os conteúdos, são aplicadas a tarde a critério de cada professora. Sendo assim, foram observados os planejamentos das professoras das turmas de pré-escola a fim de verificar se no turno da tarde são realizadas

atividades sobre a pobreza e desigualdade. Não foi constatado nada a respeito desses temas nos planejamentos. No turno da tarde as professoras propõem passeios, brincadeiras livres e atividades psicomotoras.

Outro ponto válido destacar é a abordagem de datas comemorativas pelo CMEI, o qual propõe em seu planejamento anual que cada turma realize uma apresentação teatral ou musical para prestigiar uma data comemorativa, tais como o dia da árvore, dia do soldado, dia do folclore, entre outros. Porém, datas importantes para se trabalhar a diversidade, preconceito e desigualdade, tais como o dia da consciência negra<sup>10</sup> por exemplo, não são abordadas nos planejamentos e não há a realização de apresentações para prestigiá-las.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo principal analisar como o CMEI do município de São Jorge do Patrocínio tem se posicionado diante da pobreza, para isso foram analisados o PME do município, o PPP do CMEI, o material didático utilizado nas turmas de pré-escola da instituição e também os planejamentos das aulas ministradas pelas professoras dessas turmas, a fim de verificar se tais documentos abordam questões relacionadas à pobreza, desigualdade e diversidade.

De acordo com os resultados da pesquisa, tanto o PME do município quanto o PPP do CMEI apresentam nas suas metas e princípios questões relativas à valorização da diversidade e erradicação da desigualdade, preconceito e discriminação. No entanto, estes documentos não adentram em assuntos sobre a pobreza de maneira específica. O PME cita apenas duas estratégias sobre o assunto, uma referente ao acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência das crianças do CMEI participantes de programas de transferência

---

<sup>10</sup> Em 2003, no dia 9 de Janeiro, a lei 10.639 incluiu o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. A mesma lei torna obrigatório o ensino sobre diversas áreas da História e cultura Afro-Brasileira.

de renda e outra sobre o programa “Criança Bem acolhida”, que atende essas crianças no período de férias escolares. O PPP também não apresenta nada específico sobre a pobreza, mas, assim como o PME, se compromete com o atendimento de todas as crianças sem nenhuma distinção e com a oferta de profissionais e serviços especializados para garantir a qualidade da educação.

Da mesma forma, os conteúdos e atividades propostos pelo material didático da editora Positivo, utilizado nas turmas de pré-escola do CMEI, abordam a diversidade e promoção da igualdade, porém não adentram em questões sobre a pobreza de nenhuma maneira. As atividades aplicadas no turno vespertino às turmas de pré-escola do CMEI, analisadas por meio do planejamento das professoras, também não abordam a pobreza e nem questões sobre diversidade. Mesmo possuindo diversas crianças em situação de pobreza frequentando o CMEI, os dados indicaram que este tema está ausente no currículo das turmas de pré-escola da instituição.

Segundo Arroyo (2014) apesar da pobreza afligir milhões de pessoas no mundo tal tema tem se mantido ausente ou vem sendo tratado de maneira marginal nos currículos. A cultura pedagógica e política culpabiliza os pobres pela sua própria condição ao invés de considerá-la como produção social, política, econômica e cultural. De acordo com o autor a incorporação dos conhecimentos sobre a pobreza nos currículos é um direito de todos os cidadãos e não apenas dos pobres, pois todos precisam compreender seu lugar na história da produção da pobreza e na história das resistências e lutas dos coletivos pobres por melhores condições de vida. Dessa forma, o currículo se constitui num instrumento capaz de formar identidades positivas nos coletivos empobrecidos e desconstruir representações negativas e inferiorizantes que a sociedade faz sobre os mesmos.

Apesar da pobreza não estar tão presente nos documentos que orientam a educação do CMEI e estar ausente nos materiais didáticos utilizados nas turmas de pré-escola da instituição e nos planejamentos das professoras, segundo informações do PPP, o CMEI sempre procurou realizar ações para lidar com a situação de pobreza das crianças que o frequentavam e de suas respectivas

famílias, por meio de projetos como o “Criança Bem Acolhida” e o “Atenção Primária nos Anos Iniciais da Educação”, além de outras ações realizadas no início da instituição, quando o perfil socioeconômico da maioria do público atendido era de classe média-baixa. Portanto, a pobreza não é uma realidade ignorada pelo CMEI, o que os dados da pesquisa puderam mostrar foi uma desconsideração desse tema no currículo da instituição.

Devido ao curto tempo para realização da pesquisa, não foi possível aprofundar as buscas pelo tema pobreza, verificando-se também o currículo oculto do CMEI, ou seja, o que é feito além do que está expresso no PPP e nas orientações dos materiais didáticos utilizados. Um desdobramento interessante para futuras pesquisas seria a realização de entrevistas com professoras e equipe gestora do CMEI, além da observação das aulas, para averiguar se há abordagem da pobreza nas mesmas e como as crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica são tratadas.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. ***Módulo introdutório: pobreza, desigualdades e educação.*** Material didático de apoio ao curso de especialização *latu sensu* “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/abertura.html>> Acesso em: 10 de Abril de 2015.**

BARBA, Patrícia Carla de Souza Della; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões; CARRASCO, Bianca Gonçalves. Promoção da saúde e educação infantil: caminhos para o desenvolvimento. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 26, p. 141-146, dez. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103863X2003000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2003000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 30 de Março 2016.

CAMPOS, Rosânia. As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 195-209, mar. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022013000100013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022013000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 30 Março 2016.

\_\_\_\_\_, Rosânia; Roselane Fátima. A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 - 3 anos: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 207-224, abr. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010373072009000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072009000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 30 março 2016.

CAMPOS, Roselane Fatima. "Política pequena" para as crianças pequenas?: Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 81-105, abr. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782012000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782012000100005&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 30 mar. 2016.

CORSARO, W. **Sociologia da Infância**. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. **Módulo I: Pobreza e Cidadania**. Material didático de apoio ao curso de especialização *latu sensu* "Educação, Pobreza e Desigualdade Social". Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-14QbXaCmlUy1feUwzSXk4cWc/view?pli=1>> Acesso em: 15 de Julho de 2015.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Módulo 3: Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências das Pobreza**. Material didático de apoio ao curso de especialização *latu sensu* "Educação, Pobreza e Desigualdade Social". Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/conclusao.html>> Acesso em: 08 de Novembro de 2015.

MONTANDON, C. **Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa**. *Cadernos de Pesquisa*, n.112, p. 33-60, mar.2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. **Plano Municipal de Educação**, 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Centro Municipal de Educação Infantil Padre Ernesto Pereira. **Projeto Político Pedagógico**, 2016

SIROTA, R. **Emergência de uma sociologia da infância:** Evolução do objeto e do olhar. Cadernos de Pesquisa, n.112, p.7-31, mar. 2001.